

Sumário

A geração jovem em África está em rápido crescimento, com um terço da população na faixa etária dos 15 aos 35 anos. Ao mesmo tempo, os jovens tendem a afastar-se do processo democrático. Os jovens votam com menos frequência, apresentam-se poucas vezes como candidatos e permanecem sub-representados em funções de gestão eleitoral. Os órgãos de gestão eleitoral (OGEs) em África desempenham um papel preponderante na promoção da participação de jovens em processos eleitorais. Os OGEs devem desenvolver estratégias criativas para a inclusão e envolvimento de jovens. As experiências dos OGEs que já avançam com essa agenda devem ser partilhadas entre a comunidade dos profissionais. Para os OGEs que ainda não estão totalmente envolvidos, estas histórias de sucesso podem servir de importante fonte de inspiração para iniciativas que se enquadram nos seus contextos históricos.

Sobre o International IDEA

O Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (International IDEA) é uma organização intergovernamental com a missão de apoiar a democracia sustentável em todo o mundo.

www.idea.int

© 2015 International IDEA

A participação de jovens em processos eleitorais: novos papéis para os órgãos de gestão eleitoral africanos

Contexto

Jovens na faixa etária dos 15 aos 35 anos constituem um terço da população africana. Contudo, a influência da juventude na política nacional continua limitada. Há um sentimento generalizado de que a política tradicional e a democracia representativa – onde os eleitores determinam o resultado da luta pelo poder nas urnas – não conseguem atrair a atenção de grupos mais jovens, os quais se sentem alienados dos processos políticos.

Acontecimentos recentes têm mostrado que os jovens desempenham um papel crucial na transformação social e política em África. A partir da dissolução do regime do apartheid na África do Sul, em princípios da década de 1990, e da Revolução Jasmine na Tunísia, em 2011, às campanhas “Y'en a Marre!” (“Basta!”) e “Ma Carte d'Electeur, Mon Arme” (“Meu Cartão de Voto, Minha Arma”) no Senegal, em 2011-12, e a terceira revolução no Burkina Faso, em 2014, os jovens lideraram as lutas democráticas no continente.

Quando os jovens se envolvem, os regimes autoritários podem cair e as trajetórias políticas dos países podem mudar. No entanto, a juventude africana tem estado menos envolvida na sequência de tais compromissos críticos. Percepções de exclusão têm resultado em jovens que procuram maneiras alternativas de expressar a sua insatisfação. Quando a frustração atinge níveis elevados, especialmente nos estados em fase de transição e frágeis, os jovens podem voltar-se para a desobediência civil e violência. Portanto, a inclusão da juventude nos processos políticos é crucial para a estabilidade e paz a longo prazo.

Além disso, o envolvimento dos jovens na formulação das políticas de amanhã é crucial porque a participação inclusiva é um direito político e democrático fundamental. Entretanto, a promoção ativa da inclusão de jovens nos processos políticos não se trata apenas de normas, valores e direitos, mas também de política prática. Os grupos mais jovens encontram-se numa situação diferente e as suas prioridades políticas e socioeconómicas diferem daquelas dos seus homólogos mais velhos.

Tendo crescido num período de transformação relacionado com o aumento do uso de tecnologias de informação e comunicação, os jovens trazem novas visões e ideias para a esfera política. Eles são, portanto, as principais partes interessadas democráticas, um sentimento expresso na Carta Africana da Juventude: “o maior recurso de África é a sua população jovem, e através da sua participação ativa e plena, os africanos podem superar as dificuldades que estão para vir” (Comissão da União Africana 2006: 1).

Quadro 1. África do Sul

Nas proximidades das eleições de 2014, a Comissão Eleitoral da África do Sul (IEC) lançou a campanha "IXSA" ("Eu voto África do Sul") para incentivar o recenseamento eleitoral, participação e envolvimento de jovens. Difundida através da televisão, rádio e Internet, a campanha apresentou cidadãos e celebridades a discutirem o seu comprometimento para com a votação. O IEC recrutou uma equipa de três criadores de conteúdo de comunicação social para facilitar ainda mais o envolvimento da juventude através do Facebook, Mxit e Twitter. O número de usuários que gostaram da página Facebook da comissão aumentou de 1 400 para 10 000 nas primeiras 24 horas da campanha. Igualmente, nos primeiros 10 dias a conta da Comissão no Twitter angariou cerca de 16 000 novos seguidores. Até março de 2015, o IEC havia atraído 220 000 e 70 000 seguidores para as suas contas no Facebook e Twitter, respetivamente.

O papel dos órgãos de gestão eleitoral na promoção da participação juvenil

As eleições são o cerne da democracia. Por isso, a participação adequada nos processos eleitorais é uma forma importante de assegurar a inclusão de jovens e sua contribuição para o processo democrático. Durante décadas, os órgãos de gestão eleitoral (OGEs) tiveram como foco a garantia da participação dos jovens na votação. Contudo, há uma necessidade de implementar abordagens multidimensionais mais sofisticadas para o envolvimento com a juventude.

As tarefas de um OGE incluem determinação da elegibilidade dos eleitores; r receção e validação da nomeação de candidatos eleitorais (incluindo partidos políticos e candidatos); realização da votação, contagem e tabulação dos votos. Além disso, os OGEs também podem realizar atividades tais como recenseamento eleitoral, educação cívica e eleitoral, e resolução de conflitos. Neste contexto, os OGEs têm um mandato formal ou informal para promover a participação de jovens (International IDEA 2014a).

Formalmente, as obrigações e compromissos internacionais ou a legislação nacional podem conferir aos OGEs a responsabilidade de assegurar a igualdade de oportunidades de participação nos processos eleitorais. Informalmente, tais compromissos podem conceder aos OGEs um papel implícito de remoção de barreiras à participação efetiva de jovens. As estratégias e políticas dos OGEs também podem delinear os principais objetivos, programas e atividades, bem como as parcerias com as partes interessadas, ou estabelecer estratégias para a promoção da participação de jovens.

Em Zanzibar, por exemplo, o OGE adotou uma Política de Género e Inclusão Social (Comissão Eleitoral de Zanzibar 2015) direcionada para mulheres, jovens e pessoas portadoras de deficiência. A política privilegia a igualdade de oportunidades na tomada de decisão e estruturas de pessoal, e igualdade de participação na gestão de processos eleitorais. Ela delinea o compromisso do OGE para com a igualdade de acesso aos processos de recenseamento eleitoral, educação cívica e eleitoral, e observação eleitoral; e também para com a prevenção e a mitigação da

violência eleitoral contra mulheres, jovens e pessoas portadoras de deficiência.

Os interlocutores nacionais, regionais e internacionais - incluindo os OGEs, mas também outros atores - devem, igualmente, desenhar as suas estratégias programáticas com vista a aumentar a participação de jovens, olhando para os jovens como (a) eleitores, (b) candidatos eleitorais e (c) gestores eleitorais. Estes potenciais papéis são explicados nas subsecções que se seguem.

Jovens como eleitores

Tradicionalmente, os OGEs têm dado enfoque em programas e atividades que incentivam jovens a votar. Contudo, os programas de educação cívica e eleitoral também aumentam o comprometimento dos jovens para com os valores e princípios democráticos, o seu interesse em assuntos políticos e o conhecimento das oportunidades de envolvimento, e também o seu conhecimento sobre o funcionamento prático das eleições. O uso de linguagem e imagens com apelos para o eleitorado juvenil tem sido fundamental nesta linha de trabalho.

Os programas de educação cívica implementados por OGEs podem assumir várias formas. Primeiro, os OGEs podem trabalhar em colaboração com os ministérios e as autoridades responsáveis pelo sector de educação para desenvolver currícula escolares e materiais sobre democracia e eleições. Neste sentido, os OGEs ajudam a construir uma base para uma cidadania responsável, participativa e envolvida, e para a consciencialização das relações entre cidadão-estado, seus papéis e responsabilidades. Em alguns países, os OGEs também têm estado envolvidos na organização de "semanas de democracia" (por exemplo, na África do Sul) e competições interescolares em que os alunos competem entre si mostrando o seu conhecimento sobre questões de democracia (por exemplo, em Botsuana).

Em segundo, a necessidade de comunicar com jovens usando os seus próprios termos também levou os OGEs a usarem plataformas de comunicação social. Contudo, os OGEs precisam de estar cientes dos assuntos relacionados com a sua presença na comunicação social, por exemplo, uma planificação efetiva, bem como o recrutamento e formação de peritos em desenvolvimento de conteúdo de

Quadro 2. Nigéria

A Comissão Eleitoral Independente da Nigéria (INEC) fez parceria com o Corpo Nacional de Serviço Juvenil (NYSC) para apoiar no recrutamento de trabalhadores temporários para recenseamento eleitoral e votação. Jovens com idade inferior a 30 anos servem por um ano nas diferentes componentes de serviço e a participação no sistema é requisito para se obter emprego no serviço público. Com a introdução do recenseamento eleitoral biométrico em 2010, os membros do NYSC ajudaram na transição para o uso de novas tecnologias. O INEC agora treina e destaca jovens inscritos no programa do NYSC para as suas operações do dia de votação. Embora desafios permaneçam e melhorias sejam necessárias na relação INEC-NYSC, acredita-se que a parceria tenha tido um impacto positivo. Ela abriu novas oportunidades aos jovens para uma participação prática que vai para além de uma simples participação no dia de votação para depositar o seu voto, e restaurou a confiança dos jovens nas suas competências e capacidades. Mais ainda, acredita-se que a parceria tenha contribuído para a redução de litígios eleitorais e dos custos de pessoal temporário do INEC.

comunicação social (ver Quadro 1). Além disso, os OGEs precisam de desenvolver políticas ou diretrizes de comunicação social, e mecanismos de monitorização para evitar publicações que possam comprometer a sua imparcialidade.

Em terceiro, as atividades de educação eleitoral dos OGEs podem incidir sobre a motivação e prontidão dos jovens para a participação construtiva em eleições. Isto pode significar trabalhar em colaboração com a sociedade civil e partidos políticos (incluindo as suas alas jovens) para organizar seminários e campanhas de educação eleitoral. No Gana, por exemplo, o OGE tem trabalhado em estreita colaboração com partidos políticos, líderes religiosos e a sociedade civil que se ocupa de assuntos juvenis, na organização de ateliers (workshops) e seminários sobre os passos necessários para participação em eleições e sobre regulamentos eleitorais (incluindo atos ilícitos e sanções) para prevenção de fraude eleitoral e violência juvenil.

Jovens como candidatos eleitorais

Os OGEs podem contribuir para o reforço da participação de jovens nas esferas políticas ao apoiar a candidatura de jovens às eleições. Embora dados sobre a presença de jovens nos parlamentos africanos sejam escassos, o número de jovens parlamentares no continente continua baixo. Os OGEs podem ajudar os partidos políticos e candidatos jovens a melhorar a sua representação geracional, por exemplo, oferecendo formação para os candidatos jovens. Equipar esses candidatos com conhecimento sobre o ambiente eleitoral e quadro legal que regula eleições (incluindo as regras e regulamentos para a campanha eleitoral) pode ajudá-los a concorrer de forma mais eficaz. No Gana, por exemplo, a Comissão Nacional para a Educação Cívica organiza secções de formação para candidatos jovens na fase pré-eleitoral sobre mandatos legais, papéis e responsabilidades dos parlamentares eleitos.

Os OGEs também podem trabalhar com partidos políticos para reduzir as barreiras intrapartidárias que impedem os jovens de alcançarem posições elegíveis. Este trabalho poderia ir além da promoção de não discriminação nos códigos de conduta dos partidos. Por exemplo, os partidos poderiam estipular

uma certa percentagem de jovens na lista de candidatos submetida às autoridades de candidatura. Em países onde os OGEs reúnem plataformas de diálogo interpartidário, esta entidade pode facilitar um acordo entre os partidos políticos no que diz respeito a essas medidas. Ademais, onde os OGEs são também responsáveis pelo registro de partidos, estes podem também rastrear e denunciar listas de candidatos que não estejam em conformidade com os quadros acordados. Mesmo onde não existem regras para a inclusão de jovens, relatórios sobre as listas de candidatos que refletem a composição etária podem aumentar a transparência e tornar mais visível a lacuna entre gerações.

Os OGEs são sempre parceiros-chave nos processos de reforma eleitoral (International IDEA 2014b). Ao desenvolver estas atividades, os OGEs podem ajudar a assegurar que a perspetiva juvenil seja inserida no debate político mais amplo. Nos países em que existem limites de idade mínima para os assentos elegíveis, os OGEs podem realizar estudos comparativos, envolvendo as partes interessadas, sobre conveniência de tais regulamentos e avançar recomendações para a reforma. A questão das quotas legais ou dos assentos reservados para jovens, também é uma questão que os OGEs podem vir a querer explorar quando a reforma eleitoral estiver em mesa de debate.

Jovens como gestores eleitorais

Para além de promover a participação de jovens como eleitores e candidatos eleitorais, os OGEs também podem adotar uma abordagem mais proactiva para integrar jovens nas suas próprias estruturas organizacionais. Os jovens têm várias e diferentes habilidades ainda por explorar. Particularmente, eles têm mais domínio da tecnologia do que os seus homólogos mais velhos. Ao mesmo tempo, os OGEs recorrem cada vez mais às tecnologias, tanto no seu trabalho diário como na gestão de operações eleitorais, tais como o recenseamento eleitoral e gestão de resultados. Jovens que cresceram com a Internet, e-mail e meios de comunicação social como parte de sua vida diária e rotina de trabalho podem, portanto, acrescentar valor ao trabalho dos OGEs

Os OGEs devem também considerar a integração da questão da juventude nas

Trabalho do International IDEA com os órgãos de gestão eleitoral (OGEs) em África

O International IDEA adota uma abordagem holística para a construção da democracia em África, ao apoiar os processos eleitorais e de elaboração de constituição, partidos políticos, avaliações da democracia lideradas por cidadãos, democracia e desenvolvimento. As questões de género são integradas em todas as atividades do International IDEA, com enfoque para participação e representação das mulheres.

O International IDEA trabalha em estreita colaboração com OGEs em toda a África. Por exemplo, através de uma parceria com a União Africana, oferecemos ateliers para membros ou comissários e pessoal de OGEs, utilizando o currículo BRIDGE (Construindo Recursos em Democracia, Governação e Eleições). E mais, através do uso da Ferramenta de Gestão de Risco Eleitoral (ERMT), apoiamos os OGEs que pretendam prevenir e mitigar a violência eleitoral. Também oferecemos assistência aos OGEs que trabalham no desenho de políticas que visam melhorar a participação das mulheres nos processos eleitorais.

www.idea.int/our-work/where-we-work/africa-west-asia

www.idea.int/our-work/what-we-do/elections



INTERNATIONAL IDEA
Strömsborg
SE-103 34 Stockholm
Suécia

Tél: +46 8 698 37 00

Fax: +46 8 20 24 22

info@idea.int

www.idea.int

Facebook.com/InternationalIDEA

Twitter@Int_IDEA

suas políticas de recursos humanos (ver Quadro 2). Ao pessoal jovem devem ser dadas oportunidades de formação e de capacitação para que possam trabalhar de forma mais eficaz, bem como subir na hierarquia dos OGEs para ocupar mais cargos superiores. A formação deve envolver esquemas de monitoria ou participação em seminários. Ademais, ao pessoal jovem qualificado deve ser dada a oportunidade de participar em conferências regionais e internacionais, e também em mesas redondas. Quando cargos superiores estiverem disponíveis, os OGEs devem considerar a promoção de pessoal mais jovem para ajudar a preencher as lacunas intergeracionais. Os OGEs também podem estabelecer relações mútuas de trabalho com parceiros-chave, com vista a empregar jovens para o recenseamento eleitoral e para atividades do dia de votação.

Recomendações

O eleitorado juvenil africano é demasiado largo para ficar à margem do processo democrático. Os OGEs devem trabalhar em programas multifacetados e começar a pensar de modo mais criativo sobre como trazer os jovens a bordo. Especificamente, os OGEs precisam de começar a usar uma abordagem mais proativa para trabalhar com jovens enquanto eleitores, candidatos eleitorais e gestores eleitorais.

Isto, por sua vez, requer que os OGEs trabalhem de forma mais eficaz com parceiros-chave que lidam com assuntos da juventude. Dois atores de particular importância são os partidos políticos e organizações de sociedade civil. Os partidos políticos continuam a ser uma barreira significativa para a participação dos jovens nas estruturas de tomada de decisão devido ao controlo que eles exercem na apresentação das listas de candidatos eleitorais. Os OGEs devem considerar, portanto, a facilitação de um diálogo multipartidário a fim de promover acordos mais amplos sobre a necessidade de inclusão de jovens como candidatos eleitorais.

Além disso, ao trabalhar com grupos de sociedade civil liderados ou voltados para a juventude, os OGEs têm mais condições para alcançar os seus objetivos de promoção de jovens como eleitores. Os OGEs também precisam de analisar as

suas próprias estruturas e políticas internas para promover a participação de jovens na gestão de processos eleitorais.

As organizações e redes regionais podem servir de uma boa plataforma para promover o trabalho dos OGEs nesta área. Com base nas plataformas de intercâmbio existentes, os OGEs deveriam ser dados espaço para partilhar experiências e explorar maneiras novas e inovadoras de envolver os grupos mais jovens. Através da documentação desses intercâmbios e o desenvolvimento de recursos, os resultados podem servir como uma importante fonte de inspiração para outros OGEs em África e pelo mundo fora. ■

Referências

Comissão da União Africana, Carta da Juventude Africana, Julho 2006, <<http://africa-youth.org/policies/youth-charter.html>>, acessado em: 10 Outubro 2015

O Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (International IDEA), *Electoral Management Design: Revised edition [Planeamento da Gestão Eleitoral: Edição Revista]* (Stockholm: IDEA internacional 2014a), <<http://www.idea.int/publications/catalogue/electoral-management-design-revised-edition>>, acessado em: 1 Outubro 2015

International IDEA, *Electoral Law Reform in Africa: Insights into the Role of EMBs and Approaches to Engagement [Reforma da Lei Eleitoral em África: Perspetiva do papel dos OGEs e Estratégias para o Envolvimento]* (Stockholm: International IDEA 2014b), <<http://www.idea.int/publications/catalogue/electoral-law-reform-africa-insights-role-embs-and-approaches-engagements>>, acessado em: 10 Outubro 2015

Zanzibar Electoral Commission, 'Gender and Social Inclusion Policy' [Política de Género e de Inclusão Social], 2015, <http://zanzibar.verxol.com/wp-content/uploads/2015/05/2015_Gender-and-Soical-Inclusion-Policy-GSIP.pdf>, acessado em: 1 Outubro 2015